

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTA CATARINA
CEAS/SC. Ao décimo primeiro dia do mês de agosto de 2015, na Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST foi realizada a 6º Reunião Plenária Ordinária do ano de dois mil e quinze, do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina. A Reunião Plenária contou com a presença dos **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTE**
REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS: Conselheira Titular e Vice Presidente Renata Nunes Portela representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Titular Daiana Nardino Dias representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheiro Titular Junior Robinson da Silva Conselheira Titular; Conselheira Suplente Paloma Mariucci representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Ketryn Fabiana Cidade representante da Secretaria da Educação – SED; Conselheira Suplente Camile de Azambuja representante da Secretaria da Saúde – SES; Conselheira Titular Marcia de Lagos Inácio Reis representante da Secretaria de Justiça e Cidadania – SJC; Conselheira Titular Maria Elisa da Silveira de Caro representante da Secretaria de Segurança Pública - SSP; Conselheira Titular Maria de Lurdes da Silva Homem representante da Fundação de Educação Especial – FCEE; Conselheira Suplente Daiane Regina Tavares Gomes representante da Fundação de Educação Especial – FCEE. **CONSELHEIROS (AS) TITULARES E SUPLENTE REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:** Conselheira Titular Andrea Gadiolli Fidencio Poscai representante da Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Titular Gilberto Antonio Scussiato representante da Pastoral da Criança; Conselheira Titular Jadna Ceccone representante da Sociedade Espírita de Recuperação, Trabalho e Educação – SERTE; Conselheiro Titular André Eduardo Foppa Souza representante da Creche Vinde a Mim as Criancinhas – CVM; Rosilene Maria Alves representante Instituto Padre Vilson Groh; Conselheira Suplente Mayara Gomes Silva APABB; Conselheira Titular Vânia Maria Machado representante da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Conselheira Titular Natalli Pazini Silva representante do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS/SC 12ª Região;. Maristela Vieira representante do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região - CREFITO 10; Conselheiro Titular Daniel Paz dos Santos representante do Movimento Nacional de População de Rua; Conselheiro Titular Roque Heitor Gonçalves representante do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social - FEPAS/SC **Outros Participantes/Convidados (a):** Roseane Zacchi – Secretaria Executiva do CEAS, Lucimara Poletti – Apoio CEAS. Letícia Martins DIAS/SST; Caroline Antunes Estagiária GEPAS/DIAS/SST; Roseni Alves Gonçalves Estagiária CEAS; Carmem Lúcia Luiz; Ivanor Albert; GEPAD/DIAS/SST; Luciane Lemos ASCOM/SST; Fernanda Rosa do Nascimento Estagiária/SST; Após Levantamento e confirmação do Quorum Regimental Enquanto a Plenária aguarda a Presidente Vânia Maria Machado a vice Presidente e a Conselheira Renata Nunes dá início a Reunião efetuando a leitura do Edital de convocação. A Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/SC, no uso de suas atribuições regimentais, **convoca os Conselheiros Titulares e Conselheiros Suplentes para a REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA de 11/08/2015, terça-feira, com início às 13h30min em primeira convocação e às 13h45min em segunda convocação,** com previsão de término para as 18h, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST, na Avenida Mauro Ramos, nº 722, Centro, Florianópolis/SC, Fone: (48) 3664 0712, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1** Levantamento do Quorum

Regimental; **2** Aprovação das Justificações dos Conselheiros Ausentes; Conselheira Suplente Patricia Gaspareto da Silva representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Conselheiro Titular Jerônimo Luiz Duarte Maia representante da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação – SST; Conselheira Suplente Daiane Montoaneli; Conselheiro Titular Fabian Granetto representante da Obra Kolping Estadual de Santa Catarina – OKE/SC; Maria Cláudia Goulart; **3** Leitura e Aprovação da Ordem do Dia; **4** Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária de 21 de julho de 2015; **5** Minuta de Resolução que aprova o Plano Estadual de Assistência Social; **6** Retorno da Visita ao Centro Educacional São Gabriel realizada pela Comissão de Acompanhamento ao Centro Educacional; **7** Retorno do Encontro de Vigilância e Monitoramento do SUAS; **8** X Conferência Estadual de Assistência Social; **9** Informe sobre o PPA; **10** Informe sobre CapacitaSUAS; **11** Momento das Comissões; **12** Informes Gerais; Após a leitura da ordem do dia AVice Presidente Renata solicita alteração de ordem na pauta para que se inclua o item PPA como ponto de discussão e não como informe e inclusão de pauta como primeiro item a ser apresentado ,solicitada pela Gerente de capacitação permanente da SST Carmem Lúcia,que é sobre o Capacita SUAS,O Conselheiro Gilberto traz como ponto de pauta para próxima Reunião Marco Regulatório bem como solicitar o auditório para a respectiva reunião onde participarão os movimentos sociais que fizeram parte do grupo de trabalho pela manhã e a tarde para deliberarem junto com a gestão, solicita também a recomposição do Nupe/SUAS no qual a Conselheira Renata informa que este item vai entrar como informe. Aprovada a **ORDEM DO DIA** com as inclusões e solicitações requeridas. Passa-se para próximo ponto de pauta **4** Aprovação da Ata da Reunião Plenária Ordinária de 21 de julho de 2015, no qual o Conselheiro Gilberto informa que seu nome não aparece na ata e solicita inclusão, assim a Ata foi aprovada. A palavra fica com a Gerente Carmem que inicia sua apresentação. **Programa CapacitaSUAS** execução prevista: 2015/2016, Total de Vagas = **3139** no qual algumas são vaga remanescentes referente: 2012 (saldo de meta/vagas = **541**) + 2013(meta total/vagas **2598**).Modalidade de realização:Presencial e com Carga Horária de 40/h aula. Refere que são cinco cursos sendo estes: **Curso de Introdução ao Provimento dos Serviços e Benefícios Socioassistenciais;com 541** vagas para trabalhadores, do âmbito municipal, em cargos de nível superior efetivo (preferencialmente) dos serviços socioassistenciais executados por Equipes Volantes dos CRAS, Equipes de referência dos CRAS, CREAS, Centros Pop, e Serviços de Acolhimento Institucional; e vagas para Gestão Estadual do SUAS, incluindo vagas para o Centro Educacional São Gabriel. **Curso de Introdução ao Exercício do Controle Social: 924 Vagas** para Conselheiros Municipais do CMAS, representante Governamental e Não Governamental (preferencialmente representante de usuário); e para Conselheiros Estaduais (CEAS), representantes Governamental e Não Governamental. **Curso de Atualização em Vigilância Socioassistencia; 353 vagas** para trabalhadores em cargos de nível superior efetivo (preferencialmente) da Gestão Municipal do SUAS e da Gestão Estadual do SUAS, incluindo vagas para Conselheiros Estaduais, representantes Governamental e da sociedade civil; e **Curso de Atualização sobre Especificidade e Interfaces da Proteção Social Básica para Secretaria Executiva do CEAS. 667 vagas** para trabalhadores em cargos de nível superior efetivo (preferencialmente) :das Equipes de Referência dos Cras, da Gestão Municipal e da Gestão Estadual do SUAS, incluindo vagas para Conselheiros Estaduais, representantes Governamental e da sociedade civil; e para Secretaria Executiva do CEAS. **Curso de Atualização sobre Organização dos Serviços de Proteção Social Especial; 654** vagas para trabalhadores em cargos de nível superior efetivo (preferencialmente): das

equipes de referência dos CREAS (coordenadores); das equipes de medidas socioeducativas; dos Serviços do PAEFI; dos Centros Pop; dos Serviços de Acolhimento (técnicos e coordenadores) com execução municipal direta (exceto famílias acolhedoras); técnicos da gestão municipal que tem CREAS; vagas para gestão estadual, incluindo vagas para o Centro Educacional São Gabriel e vagas para Conselheiros Estaduais, representantes Governamental e da sociedade civil; e Secretaria Executiva do CEAS. O conselheiro Gilberto questiona se não pode ser disponibilizado as capacitações para as secretarias executivas municipais e a Gerente Carmem informa que isso acarreterá um aumento de trezentas pessoas, o que não caberia no processo enviado pelo MDS. A capacitação será distribuída por pólos em 04 Pólos Regionais: Polo 01 – Chapecó Polo 02 – Lages Polo 03 – Tubarão Polo 04 – Blumenau. A Gerente refere ainda que esta capacitação visou o deslocamento, para os trabalhadores possam participar dos cursos com mais facilidade, a lista com os nomes dos municípios será repassada para os conselheiros. ao todo serão contemplados polo 1 - chapecó 111 municípios; no polo 2 - lages, 38 municípios; polo 3 – tubarão, 65 municípios; polo 4 – blumenau, 81 municípios. A Gerente apresenta também as instituições credenciadas no MDS: UNIASSELVI, UDESC, UNIVALI, UNIDAVI, UNESC, EGEM, UNIARP, UNIPLAC, UNOCHAPECÓ, UNISUL. Carmen termina sua apresentação informando que o processo de licitação já foi assinado, que o número do processo será repassado para que os conselheiros façam o acompanhamento do Capacita SUAS, pois os cursos tem prazos e a expectativa é de que em novembro já se realize o primeiro curso. A Vice presidente Renata informa que esta havendo empenho da gestão para agilizar esse processo. Carmem refere que está sendo reativado o NUEPE. A Vice Presidente Renata refere que a importância do NUEPE é que ele contempla as instituições participantes cadastradas e inscritas no MDS. Tais instituições são muito participativas e podem contribuir com o processo de capacitação. O Conselheiro Roque questiona se a composição do Núcleo permanece a mesma. A Gerente Carmem convidou os Conselheiros para uma reunião onde será composto os representantes do NUEPE e será reavaliado os processos anteriores. A Presidente Vânia indica o nome de Maria Cláudia Goulart e a Conselheira Natalli também se disponibiliza. Deliberou-se então que Natalli Pazini fica como Titular e Maria Cláudia como Suplente. A Gerente Carmem agradece e se despede da Plenária. Próximo ponto de pauta: **5 Minuta de Resolução que aprova o Plano Estadual de Assistência Social**, o qual a Secretária Executiva procede a leitura. Minuta que aprova o Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015: O Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC, em Reunião Plenária Ordinária de 11 de agosto de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Estadual nº 10.037, de 26 de dezembro de 1995 que dispõe sobre a organização da assistência social no Estado e institui o Conselho Estadual de Assistência Social CEAS/SC; Considerando a Lei Orgânica de Assistência Social Art. 30. É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento de: I Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; III - Plano de Assistência Social. Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no Art. 18 que o Plano de Assistência Social, de que trata o art. 30 da LOAS, é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e

norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. §1º A elaboração do Plano de Assistência Social é de responsabilidade do órgão gestor da política que o submete à aprovação do conselho de assistência social. §2º A estrutura do plano é composta por, dentre outros: I diagnóstico socioterritorial; II - objetivos gerais e específicos; III - diretrizes e prioridades deliberadas; IV - ações e estratégias correspondentes para sua implementação; V - metas estabelecidas; VI - resultados e impactos esperados; VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários; VIII - mecanismos e fontes de financiamento; IX - cobertura da rede prestadora de serviços; X - indicadores de monitoramento e avaliação; XI - espaço temporal de execução; Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no Art. 22. Os Planos de Assistência Social, além do que estabelece o §2º do art. 18 desta Norma, devem observar: I - deliberações das conferências de assistência social para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; II – metas nacionais pactuadas, que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; III – metas estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS para Estados e Municípios; IV – ações articuladas e intersetoriais; V- ações de apoio técnico e financeiro à gestão descentralizada do SUAS. Parágrafo único. O apoio técnico e financeiro compreende, entre outras ações: I - capacitação; II - elaboração de normas e instrumentos; III - publicação de materiais informativos e de orientações técnicas; IV – assessoramento e acompanhamento; V - incentivos financeiros. Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS aprovada por meio da Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 a qual refere no Art. 121 que no planejamento das ações dos conselhos de assistência social devem ser observadas atribuições precípuas, entre elas: aprovar o plano de assistência social elaborado pelo órgão gestor da política de assistência social; **Considerando** que a Comissão de Política e de Financiamento procedeu à análise do Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015, enviado ao CEAS por meio do Ofício nº 361/2014 da Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST no dia 21 de maio de 2014 e que para tanto foram realizadas reuniões nos dias: 10/06/2014; 08 e 22/07/2014; 08/08/2014 e 04,18 e 28/11/2014. Considerando o Ofício nº236/2014/CEAS/SC o qual solicita esclarecimentos a DIAS, com resposta ao CEAS por meio do Ofício GABS/SST nº 1019/2014, onde a Comissão de Política e de Financiamento retomou a análise do PEAS, com apoio da equipe da SST/DIAS, em reunião dia 28/11/2014; que resultou no parecer nº 01/2014. Considerando que no parecer nº 01/2014 constava que a Comissão de Política de Assistência Social recomendaria a aprovação do Plano Estadual de Assistência Social 2014/2015, desde que os itens de revisão solicitados fossem validados. Considerando que na Reunião Plenária Ordinária de 09/12/2014, dois conselheiros pediram vistas do Plano Estadual de Assistência Social em razão da permanência ainda de alguns itens solicitados de revisão, o mesmo ficou como pauta para o ano de 2015. Considerando que um dos conselheiros que solicitaram vistas foi substituído, o Plano Estadual de Assistência Social foi incluído na pauta de reuniões da Comissão de Política, onde apenas um conselheiro ficou responsável por analisar o documento. Considerando que por meio da ata de 09/12/2014 a DIAS encaminhou ao CEAS o Ofício DIAS/SST nº 849/2015 em 23 de julho de 2015 contendo o Plano Estadual de Assistência Social com as alterações solicitadas pelos Conselheiros. Considerando que devido a ausência de quorum na reunião da Comissão de Política do dia 27/07/2014, a Mesa Diretora em reunião dia 04/08/2015, analisou e aprovou as alterações feitas pela Diretoria de

Assistência Social. RESOLVE: Art. 1º Aprovar o Plano Estadual de Assistência Social - PEAS 2014-2015. Parágrafo Único: O anexo contendo o Plano Estadual de Assistência Social 2014-2015 é parte integrante desta Resolução e estará disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST na página do CEAS. Art. 2º Recomendar ao Órgão Gestor Estadual que a Coordenação do Colegiado Gestor Intersetorial de Políticas Públicas sobre Drogas, que vem sendo coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, seja rediscutida por este Colegiado e retorne ao CEAS o que for pactuado. Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. A Conselheira Vânia refere que o art 2º foi o principal ponto de obstáculo para aprovação do PEAS em 2014, pois não se tinha clareza do posicionamento e participação efetiva da SST nessa questão. A Conselheira Elisa refere que a questão é muito delicada e que o Comitê foi instituído por decreto determinando que coordenação deste Comitê caberia a Assistência Social. Refere que a SST é o órgão articulador, o ponto focal que detém datas, senhas, relatórios, o que tem que entrar no sistema para enviar os relatórios, mas na SST também ninguém sabe de nada, ninguém entende nada. Informa que a Secretária de Segurança Pública foi chamada pela SST para dar explicações. A Conselheira Elisa considera que a dependência química é de responsabilidade de todas as secretarias, onde cada secretaria possui uma tarefa, porém somente a SSP cumpriu as determinações. A Presidente Vânia refere que a Assistência não vai ficar de fora, pois tem sua responsabilidade. Após caloroso debate e sugestões o Plano foi aprovado por unanimidade com a redação que se encontra nesta Ata. A Conselheira Elisa informa sobre um convite que recebeu para participar de uma reunião na SST às 16h do dia 12/08/2015 e refere a importância da participação de um representante da sociedade civil. Seguindo a pauta a técnica Letícia apresenta o PPA elaborado pela Diretoria de Assistência Social que terá vigência 2016/2019. Letícia refere que para elaboração do Plano Plurianual foi feito uma Portaria que saiu em maio de 2015, com a composição dos técnicos da SST responsáveis pela elaboração e revisão do PPA/SST. A princípio foi realizado um diagnóstico em relação com a Assistência para elencar objetivos estratégicos dos próximos quatro anos. Com o diagnóstico pronto se elencou elementos prioritários, situações-problema como: - baixo cumprimento das metas do pacto de aprimoramento dos municípios: Estado de Santa Catarina possui o nono lugar no descumprimento das metas; - baixo índice de gestão descentralizada do SUAS, IGD/SUAS: Estado possui o pior índice do país quando se refere a qualidade da gestão dos serviços, programas projetos e benefícios sócioassistenciais; - incidência de trabalho infantil: Estado possui o quinto maior percentual do país de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; - baixa cobertura da proteção social especial: Estado é o quinto colocado no país. Também foram elencados como objetivos estratégicos: Diminuir as desigualdades regionais; erradicar a extrema pobreza; reduzir a vulnerabilidade e riscos sociais e violação de direitos; aprimorar a gestão da SST. Esse foi o trabalho inicial do PPA com base nos problemas e objetivos estratégicos da SST. A Conselheira Renata menciona que os municípios de Xanxere e Lages têm maiores dificuldades de alcançar as metas do pacto de aprimoramento e que por isso os mesmos teriam apoio específico. O Conselheiro Gilberto cita que o PPA não está conversando com as propostas do governo e que há muito tempo o estado está em segundo lugar no IGD e Trabalho Infantil. A Conselheira Renata relata que a construção do PPA foi feita por diretoria e assim foi enviada a Fazenda que recomendou que a mesma se reestruturasse por secretaria. A Técnica Letícia refere que na peça orçamentária a primeira questão que foi analisada no Fundo foram as subações, onde foi criado novas ações, algumas foram agrupadas e outras

276 excluídas pois se repetiam e acabavam não tendo movimentação, possuíam
277 um valor mínimo que não entrava no financeiro e acabava não sendo
278 realizadas , sendo todas essas apresentadas a plenária. O Plano foi aprovado
279 por todos com a solicitação da Presidente Vânia de que se insira na resolução o
280 item referente a realização de Concurso Público. Passando para próximo ponto de
281 pauta: Retorno da visita ao São Gabriel realizada pela Equipe da Comissão de
282 Acompanhamento ao Centro Educacional São Gabriel no dia 11/08/2015 em que a
283 Conselheira Daiane informa que o motivo da visita foi para conhecer in loco a estrutura
284 e o espaço. A Comissão possuía um relatório de atividades de 2014 onde previam
285 alguns serviços e quem são os usuários atendidos, bem como, tinha o conhecimento
286 de que vem sendo discutidos pela SST a municipalização ou transferência para o Dom
287 Jaime. Uma das questões elencadas pela equipe foi com relação as capacitações dos
288 profissionais, pois eles possuem um público específico as capacitações ofertadas não
289 são específicas para esse público. Foi então sugerida uma parceria entre o Centro
290 Educacional São Gabriel e a Fundação Catarinense de Educação Especial, que promove
291 e é produtora de conhecimento na área, que irá verificar a possibilidade de fazer
292 articulação, disponibilizando vagas para aquele serviço. A Comissão solicitou um
293 relatório atualizado e que o mesmo tivesse alguns dados relacionados aos Curadores,
294 pois não ficou tão claro no documento de 2014, que será enviado pela equipe do São
295 Gabriel. Informam que solicitaram a Secretaria Executiva do CEAS um agendamento de
296 visita ao Complexo Dom Jaime, bem como a inclusão desse ponto de pauta na próxima
297 plenária do CEAS. A Conselheira Presidente Vânia refere que foi feito uma solicitação
298 de reforma urgente e questiona se a mesma foi realizada. A Conselheira Daiane diz que
299 este foi um dos pontos observados na visita, houve e ainda ocorrem alguns reparos
300 emergenciais devidos á indefinição de permanência no local. Este é um ponto de
301 questionamento inclusive pela própria equipe do São Gabriel. A conselheira Renata
302 refere que ainda não se tem um consenso, e que a percepção é de que aquela
303 estrutura mesmo com reforma não será adequada, para garantir o serviço na
304 perspectiva de residência inclusiva e por isso que se pensou no Dom Jaime, pois este
305 tem estrutura de casa. Relata também sobre o recebimento da ação civil publica em
306 que a secretaria passa a responder, tendo de dar uma resposta a questões estruturais
307 do São Gabriel. A Conselheira Daiane refere que a pretensão do CEAS é de se
308 aproximar desse debate para contribuir. O Conselheiro Gilberto que também foi na
309 visita ao São Gabriel do dia 11 relata que constatou melhora significativa com relação
310 ao ano passado. A Conselheira Renata refere que com relação à municipalização para
311 São José ou Palhoça o diálogo com os municípios é para que se tenha um serviço de
312 qualidade, que se entregue um serviço modelo e referencia para que assim possa
313 assessorar os demais municípios. Como encaminhamento a Presidente Vânia sugere
314 para que o CEAS solicite uma copia da ação civil pública e refere que foi muito propícia
315 a visita ao Centro Educacional São Gabriel. A Conselheira Renata refere estar muito
316 feliz com a reativação da Comissão São Gabriel que é um reforço a mais para se pensar
317 nessa questão que é bastante complexa. Próximo ponto de pauta: Retorno do
318 encontro de vigilância e monitoramento do SUAS em que a Presidente Vânia relata
319 que pela primeira vez esteve num evento qualificado, onde esclareceram o que é este
320 apoio técnico, o que é o monitoramento e fiscalização, temas fundamentais para
321 implementar a política. O que foi relatado de modo geral é que os estados e
322 municípios carecem de estrutura para efetivar vigilância e monitoramento porque a
323 política esta fragilizada, porque o controle social esta fragilizado. Foram três dias de
324 debates importantes. Todo monitoramento foi feito na base do Censo SUAS, IBGE e as
325 referencia de base de dados está acessível onde todo cidadão pode acessar, e cabe aos
326 municípios fazer as atualizações. Informa que foi criada uma mesa para expor
327 experiências sobre a Vigilância Socioassistencial em seus estados e municípios,

328 onde nosso estado se fez presente com uma representante do município de Jaraguá do
329 Sul que na ocasião comentou que o Município teria buscado apoio do Estado e
330 não teria recebido o devido retorno por parte da Secretaria de Estado de
331 Assistência Social, Trabalho e Habitação. A Plenária traz como encaminhamento
332 solicitar a representante de Jaraguá do Sul maiores detalhes do evento e
333 esclarecimento sobre a fala que foi considerada irresponsável e constrangedora para
334 os trabalhadores presentes no evento. A Conselheira Renata parabeniza e agradece a
335 Presidente Vânia pela forma como abordou o tema, pois a fala da representante foi
336 constrangedora e gratuita. E considera como uma necessidade de todos os
337 trabalhadores que é tentar fortalecer as equipes pois todos são trabalhadores do SUAS
338 e esses ataques acabam enfraquecendo as equipes que se dedicam diuturnamente e
339 precisam ser respeitados. A Presidente Vânia continua seu relato dizendo que a
340 Ministra ressaltou a importância de fortalecimento da Política e que estiveram
341 presentes: Joaquina Barata e Aldaíza Sposati que expuseram que a
342 Assistência Social corre perigo, por isso existe a necessidade de se ficar alerta nas
343 questões que surgem no monitoramento, pois é neste momento em que os Estados
344 vão aos municípios visualizar como esta a Política e lidar com as questões, financeiras
345 econômicas do fortalecimento ou enfraquecimento, pois tem gestores que não estão
346 preocupados com a política. Seguindo a pauta: X Conferencia de Assistência Social: A
347 Secretária Executiva Roseane informa que o pedido esta na CPL. O segundo informe é
348 transmitido por Renata que esclarece sobre o processo de relatoria e assessoria que a
349 SST está tentando alinhar com Luziele Tapajós. No ponto: momento das Comissões a
350 secretaria executiva informa que a visita ao São Gabriel ficou agendada para dia
351 25/08/2015 às 13h30min. A Presidente Vânia traz como Informe que o FETSUAS vai
352 realizar a quarta Plenária no dia 11/09/2015 no Auditório da FECESC onde todos os
353 trabalhadores estão convidados. O Conselheiro Gilberto trás como informe que no dia
354 13 às 14h00min terá audiência da Pastoral da Criança: 30 anos na Assembléia
355 Legislativa o Conselheiro convida e pede para que divulguem o evento. A Conselheira
356 Renata relata que no evento do Marco Regulatório estiveram presentes mais de 400
357 participantes e que foi muito interessante. Refere que foram inaugurados alguns CRAS
358 no Estado e fica o convite para que os conselheiros possam acompanhar e conhecer os
359 equipamentos. Sem mais para o momento a Presidente Vânia dá por encerrada a
360 Reunião Plenária e nós Roseane Zacchi, Lucimara Poletti e Roseni Alves Gonçalves
361 lavramos a presente ATA.